

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

National policy for the aged and its implementation in nursing care

Bianca dos Anjos Cavalini¹
Marielle Cristina Gonçalves Ferreira²
Márcia Assunção Ferreira³

Resumo

Pesquisa bibliográfica cujos objetivos foram identificar as produções sobre saúde na perspectiva da Política Nacional do Idoso, evidenciando sua aplicabilidade na assistência de enfermagem. Captaram-se textos completos, através dos descritores políticas de saúde, idoso e enfermagem. A amostra compôs-se de 14 artigos científicos, cujos resultados mostram que o sistema de saúde não está preparado para atender a demanda de idosos; faz-se necessário implantar novas diretrizes curriculares para a educação especializada. Conclui-se que a implementação das políticas é limitada pela ineficiência de órgãos gestores; e a enfermagem precisa incrementar as pesquisas que resultem de seu trabalho e suas contribuições à saúde do idoso.

Palavras-chave: Políticas de saúde; Idoso; Enfermagem.

Abstract

Bibliographic research to identify health studies from the perspective of the National Policy for the Aged, evidencing its applicability in nursing care. Full texts were collected using the descriptors políticas de saúde, idoso and enfermagem. The sample included 14 scientific articles, whose results show that the health system is not prepared to respond to elderly people's demand and that new curricular guidelines are needed for specialized education. In conclusion, the inefficiency of the management limits the implementation of the policies; and nursing needs to increase research that evidences the results of their works and their contributions to elderly health.

Keywords: Politics; Elderly; Nursing.

¹ Aluna do 7º período do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia, Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista do Programa de Iniciação Científica. E-mail: biancacavalini@gmail.com

² Aluna do 7º período do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia, Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista do Programa de Iniciação Científica. E-mail: mariellecgf@gmail.com

³ Doutora em Enfermagem. Professora Titular do Departamento de Enfermagem Fundamental, Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora 1D do CNPq. E-mail: marciadeaf@ibest.com.br

INTRODUÇÃO

A população brasileira vem apresentando nos últimos anos um novo padrão demográfico, que se caracteriza pela redução da taxa de crescimento populacional e por transformações importantes na proporção dos elementos que compõem sua estrutura etária, com um significativo aumento da longevidade, que tem como reflexo imediato uma elevação no número de pessoas idosas.

Em 2009, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹ mostrou em suas projeções que as perspectivas do grupo etário de 60 anos duplicam-se em termos absolutos, no período de 2000 a 2020, ao passar de 13,9 para 28,3 milhões, elevando-se, em 2050, para 64 milhões de idosos. O aumento da expectativa de vida, a implementação de novas tecnologias para tratamentos eficazes, declínio de doenças infecto-parasitárias e o aumento das doenças crônicas não transmissíveis são alguns dos fatores que permitem a nova configuração populacional do país.

Agregar qualidade de vida, desenvolver capacidades funcionais visando à independência, viabilizar o acesso às redes de saúde e executar formas para transmitir o conhecimento a esse grupo evidencia que se torna necessário implementar políticas públicas de saúde voltadas ao processo de envelhecimento. Políticas estas que prevejam ações que levem o idoso a obter autonomia, participação, cuidado, auto-satisfação, possibilidade de atuar em variados contextos sociais e elaboração de novos significados para a vida na idade avançada².

Reconhecendo as necessidades e recursos assistenciais direcionados ao idoso, em 1994 foi aprovada a Lei Nº 8.842/94 regulamentada pelo Decreto Nº 1.948/96 que determina a Política Nacional do Idoso³, afirmando os direitos da pessoa idosa e favorecendo sua competência para gerir sua própria vida, integrando e estimulando sua participação ativa na sociedade reiterando o direito à saúde nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 1999, é estabelecida a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI)⁴, a qual afirma que os órgãos e instituições do Ministério da Saúde relacionados ao tema promovam a formação ou a readequação de projetos e atividades em acordo com as normas e diretrizes nela estabelecidas. Entre estas, destacam-se: promoção do envelhecimento ativo e saudável; atenção integral, integrada à saúde da pessoa idosa; estímulo às ações intersetoriais, visando à integralidade da atenção; provimento de recursos capazes de assegurar qualidade da atenção à saúde da pessoa idosa; divulgação e informação sobre a Política para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS.

Inserida no contexto de forma prática e responsável por executar suas atividades baseadas nas normas e leis desenvolvidas por políticas como a PNSI, a enfermagem tem atuado efetivamente para mudar a realidade do cuidado ao idoso, sobretudo no que se refere à saúde e à educação. Na arte do cuidar, a enfermagem tem contribuído na abordagem da atenção em aspectos do processo de envelhecimento e da senilidade. Também na área da educação, a enfermagem se destaca. Por exemplo, em cumprimento à Política Nacional do Idoso (PNI), tem propiciado relevante contribuição, sobretudo em pesquisas científicas⁵.

As políticas públicas serão efetivas no processo de envelhecimento bem sucedido quando colocadas em prática, ou seja, ao promover ações que desenvolvam as normas propostas tem-se visto resultados com sentidos positivos que impulsionam uma velhice saudável de prazer, bem estar e qualidade de vida. Assim, este estudo tem como objetivo identificar as produções que tratam da saúde do idoso na perspectiva da Política Nacional do Idoso, evidenciando sua aplicabilidade na assistência de enfermagem a esse grupo humano.

MÉTODO

Para viabilizar o desenvolvimento deste estudo, realizou-se um estudo de revisão bibliográfica, entre janeiro a maio de 2013, no qual se fez busca de artigos científicos publicados nos últimos dez anos, o que abrangeu o período de período de 2003 a 2013. A captação foi feita através de busca nos bancos de dados do LILACS e BDNF, além do Portal de dados eletrônicos SciELO.

A busca nos bancos de dados foi realizada utilizando as terminologias cadastradas nos Descritores em Ciências da Saúde criados pela Biblioteca Virtual em Saúde desenvolvido a partir do Medical Subject Headings da U.S. National Library of Medicine e o operador booleano *and* para a restrição da amostra. Foram utilizados os descritores: [políticas de saúde], [idoso] e [enfermagem] Foram incluídos os artigos disponíveis em texto completo, na língua portuguesa, que abordem a política nacional brasileira, a Política Nacional do Idoso (PNI) ou a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), ou outras políticas de saúde destinadas ao idoso.

A exclusão de artigos em língua estrangeira deveu-se ao fato de o objetivo estar centrado nos estudos que tratam da PNI, portanto, restrita ao Brasil. Foram excluídos os artigos cuja disponibilidade era somente do resumo, os em duplicidade e os que apenas citam a PNSI ou a PNI e não se preocupam em descrevê-la de forma aplicada as situações referidas nos contextos dos artigos, pois para realização da análise deste estudo a aplicabilidade destas políticas é essencial.

RESULTADOS

Aplicando-se os descritores [políticas de saúde] e [idoso] e [enfermagem], captou-se 239 artigos, com a aplicação dos critérios de inclusão somente 14 integraram a amostra.

Utilizando-se os descritores: [políticas de saúde] e [idoso], encontrou-se 213 artigos, dos quais 199 foram excluídos, aproveitando-se 14. No portal eletrônico SciELO encontrou-se 73 artigos, dos quais somente foram incluídos 14; no banco de dados LILACS encontrou-se 138, dos quais foram excluídos 131, restando 7, desses também foram encontrados no portal eletrônico SCIELO. Com os mesmos descritores no banco de dados BDNF foram encontrados dois artigos, sendo ambos excluídos.

Utilizando-se os descritores: [políticas de saúde] e [idoso] e [enfermagem], encontrou-se 26 artigos, sendo 3 utilizados. No portal eletrônico SciELO encontrou-se 6 artigos sendo 3 utilizados. No banco de dados LILACS encontrou-se 19 e utilizou-se 3, que também foram encontrados no portal eletrônico SciELO. No BDNF utilizando os mesmos descritores foi encontrado 1 artigo que não atendeu aos critérios de inclusão.

Os encontrados com descritores: políticas de saúde; idoso; enfermagem, também foram encontrados na busca com os descritores políticas de saúde; idoso.

A amostra da pesquisa foi composta por 14 artigos completos. Para análise das informações foi realizada a organização do conteúdo encontrado em um quadro, separando-os quanto ao título do estudo, nome da revista de publicação, profissão do autor ou procedência da pesquisa, ano de publicação, tipo de publicação, objetivos do estudo, método/técnicas utilizadas e resultados.

Analisadas a procedência dos artigos se observa que a autoria dos mesmos se dá, em sua maioria, por profissionais de enfermagem, quantificados em um total de nove. Dentre os demais, dois foram de profissionais de medicina, um de profissional em odontologia, um de terapia ocupacional e um elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz - MG. Quanto ao ano de publicação das referências, 14,28% (dois) dos artigos tiveram suas publicações nos anos de 2003, em 2007 21,42% (três) dos artigos foram publicados, em 2008 14,28% (dois) dos artigos publicados, em 2009 7,14% (um) artigo foram publicados, 28,57% (quatro) foram referências de 2010, 7,14% (um) em 2011 e 7,14% (um) em 2012.

Ao analisar o tipo de publicação no que tange ao método/técnicas, 9 foram desenvolvidos através de uma revisão bibliográfica ou sistemática, 3 são do tipo reflexivo, 1 de opinião e 1 empírico. E quando avaliada a natureza de suas abordagens, 8 dos artigos são de caráter qualitativo, 1 quantitativo e 1 quanti-qualitativo e 4 não apresentam método de pesquisa, por serem artigos reflexivos e de opinião. Com relação ao tema central, 7 deles utilizam as políticas públicas referentes à saúde do idoso ou fazem referência às ações e realização de promoção da mesma. Na abordagem do profissional enfermeiro obtemos 5 artigos que possuem como tema principal a importância do conhecimento de enfermagem para os cuidados efetivos à saúde do idoso no processo de envelhecimento; e em temáticas como a humanização do atendimento ao idoso e o cuidado recebido através da família, também se encontrou 1 artigo referente a cada assunto.

Sobre a essência do conteúdo analisado, os objetivos dos estudos avaliaram os aspectos da valorização da humanização da assistência à saúde do idoso, da importância do ensino para a graduação, a fim de capacitar profissionais para realizar cuidados com qualidade no processo de envelhecimento. Possuem como finalidade descrever e determinar os programas de saúde do idoso, como a Política Nacional de Saúde do Idoso no Brasil e sua relação com a enfermagem. Visam identificar a ocorrência de estudos de enfermagem na atenção à saúde do idoso, a importância de seus cuidados, e buscam reconhecer a necessidade de implementar novos paradigmas referentes a saúde e discutir as questões na promoção do bem-estar no processo de envelhecimento. Informam que o envelhecimento com dependência deve ser de responsabilidade da saúde pública. Discutem aspectos legais do desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil no contexto sociopolítico e histórico, com vistas aos aspectos que delineiam o bem estar para a pessoa idosa.

À luz dos conteúdos analisados, tendo em vista os resultados obtidos é visto que se faz necessário que a gestão do SUS providencie assistência com meios e fins para que os idosos possam desfrutar dos seus direitos, seguindo assim as leis e diretrizes dedicadas a esse grupo humano. Admite-se que é indispensável o conhecimento específico e aprofundado em atenção à saúde do idoso, principalmente para a enfermagem, para assim estarem preparados para atender essa demanda populacional que cresce cada vez mais.

A enfermagem, como está voltada ao ensino do autocuidado, necessita propiciar melhora na qualidade de vida, visando à manutenção de sua autonomia e independência. Informa que o sistema de saúde, público ou privado, não está preparado para atender nem a demanda de idosos que cresce a cada dia, nem a de seus familiares, não prevendo formas de financiamento para o estabelecimento de redes de apoio às necessidades de assistência aos idosos dependentes, com ou sem família. A capacitação do profissional é primordial, sendo esta acompanhada com investimento nas estruturas físicas dos locais de atendimento.

A importância da implantação de novas diretrizes curriculares para a educação especializada toma vulto, pois é destacado o trabalho de Enfermagem junto aos idosos, não desprezando a necessidade de analisar a Política de Atenção ao Idoso no Brasil com ênfase nos problemas ao idoso nos contextos social e familiar.

DISCUSSÃO

Este estudo bibliográfico analisa a produção da área da saúde, tendo em vista a Política Nacional do Idoso. Neste íterim, esta discussão se volta à síntese do conhecimento produzido pelo conjunto de publicações captadas nos bancos/bases de dados virtuais que tratam da assistência à saúde no processo de envelhecimento, em relação à efetividade da aplicação de políticas públicas e sua contribuição, em especial à assistência de enfermagem.

A implementação de políticas públicas direcionadas a saúde do idoso deu-se pela

necessidade de garantir de forma efetiva práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde para esse grupo populacional, dando-lhes os cuidados integrais e assegurando-lhes autonomia, participação na sociedade e reafirmando seus direitos à saúde.

Estudos mostram que o sistema de saúde (público ou privado) não está preparado para atender a demanda de idosos que cresce a cada dia, nem a de seus familiares, o que torna necessária a implementação de estratégias que visam viabilizar oportunidades que facilitem o acesso à assistência. À desinformação, ao preconceito e ao desrespeito aos cidadãos da terceira idade somam-se a precariedade de investimentos públicos para atendimento às necessidades específicas da população idosa, a falta de instalações adequadas, a carência de programas específicos e de recursos humanos, seja em quantidade ou qualidade⁶.

A realidade mostra que a importância econômica da assistência aos idosos exige um planejamento múltiplo, já que é impensável que somente o sistema público possa fazer frente e subsidiar essas ações. Autor refere que a institucionalização e cuidados assistenciais à saúde de todos os idosos que possuem necessidades se tornam inviável, seja por motivos de custo ou por motivos de qualidade da assistência, portanto é importante questionar o próprio modelo de cuidado, qualificar profissionais para o conhecimento desse grupo, que deve priorizar a promoção da saúde, visando a um envelhecimento bem-sucedido⁷.

É evidente que os custos com esse segmento populacional são muito elevados e que esse montante é focado no atendimento às doenças dos idosos e deveria ser dirigido para ações preventivas para diminuição de custos. Obviamente, postergar o início da doença, através do seu adequado monitoramento é uma alternativa que facilitaria a redução de quantias satisfatórias⁸. A população idosa está crescendo progressivamente, que afeta e cria uma problemática para a administração social, que acusa uma necessidade de melhoria no gerenciamento dos recursos voltados a essa categoria.

No entanto, o autor refere que não é o aumento progressivo do número de idosos que constitui a problemática principal da falta de medidas financeiras disponíveis para a assistência do idoso⁹. Para ele, os idosos pertencem a uma categoria de análise construída e produzida historicamente pela sociedade, tem-se a velhice como objeto técnico-político, com implicações políticas, econômicas, culturais e sociais que despertam a necessidade de se dar visibilidade a ela e de se engendrar uma política de gestão dos cálculos, dos custos e do impacto dessa população em franco crescimento. O aumento do número de idosos criou uma inquietude política em diversos segmentos da sociedade.

Assim, os autores consideram de suma relevância a implementação de mais políticas voltadas ao envelhecimento populacional, principalmente nos países em desenvolvimento, em que a transição demográfica vem ocorrendo em ritmo acelerado, constituindo-se em um desafio para o governo, a sociedade e o próprio idoso¹⁰. O autor enfatiza que o envelhecimento da população se traduz em desafios principalmente para os serviços de saúde, os quais não estão preparados para lidar com esta demanda crescente, em vista do despreparo dos profissionais¹¹. Por isso, torna-se urgente a capacitação destes e a reestruturação das instituições de saúde, a fim de proporcionar ao idoso um cuidado integral e de qualidade.

Introduzida neste contexto, a enfermagem tem se destacado na área da saúde, e tem contribuído na abordagem do cuidado em aspectos que desenvolvem no idoso a capacidade funcional, independência e autonomia, aspectos que se preocupam em avaliar a fragilidade, capacidade cognitiva, engajamento social, qualidade de vida, promoção de saúde, prevenção de doenças, dentre outros⁵.

Para isso a instrução e qualificação diferenciada dos profissionais de enfermagem se tornam cada vez mais necessária a fim de vislumbrar uma categoria de profissionais especializados para lidar de forma eficaz e a promover os cuidados essenciais à saúde do idoso.

Na atenção à saúde do idoso, a enfermagem configura-se em uma área de conhecimento necessária, ao conjunto de programa de saúde para a população em geral, constituindo-se desafios para estes profissionais ultrapassarem da abordagem clínico-curativa, para uma atuação com postura multiprofissional e interdisciplinar¹².

Para os autores, a enfermagem desenvolve suas ações de cuidar pautada em um processo de diálogo, valorizando a individualidade de cada ser¹³. Assim, aqueles que se dedicam a essa profissão comprometem-se com a saúde do indivíduo e da coletividade, atuando diretamente na promoção, proteção, recuperação da saúde e reabilitação das pessoas, obedecendo aos preceitos da ética e da legitimidade. Busca integrar, conciliar, a uma visão holística do indivíduo, os princípios técnicos, científicos, sociais com a arte, a estética, a ética, a intuição e a descoberta da relação do processo de cuidar interpessoal.

Um novo modelo assistencial das estratégias de atenção e gestão no SUS e de formação dos profissionais de saúde adquire visibilidade. Assim, muito se discute a respeito da humanização na assistência à saúde, provavelmente devido à sua fundamental relevância, uma vez que é baseada em princípios como a equidade, integralidade da assistência, dentre outros, resgatando, assim, a valorização da dignidade do usuário e também do trabalhador¹⁴.

Tendo o idoso como detentor do direito ao cuidado, este se faz usuário de uma assistência integral de enfermagem que é norteado pelos princípios da humanização. Esta cria diálogos entre o profissional e o usuário, faz com que este se sinta amparado às suas necessidades, gera um vínculo que permite a sua integração ao processo de recuperação.

“Contudo, costuma-se dar destaque a velhice com enfoque negativo, comparando-a a perda, desigualdade, abandono, e estimulando-se atitudes e comportamentos que [...] negam aos idosos o direito de elaborar e concretizar projetos de vida”^{11: 539}.

Nos aspectos que tangem a gestão de tais políticas públicas direcionadas ao processo de envelhecimento, observa-se que, quando colocadas em prática, os resultados obtidos promovem de forma satisfatória o desenvolvimento das habilidades funcionais, assim como a incorporação de hábitos de vida saudáveis e eliminação dos hábitos nocivos à saúde dos idosos, que, por consequência, estimula a participação de seus familiares no processo de cuidado.

É notória a adesão dos idosos a programas assistenciais direcionados a sua saúde disponível no sistema público. Grupos comunitários direcionados a população idosa instalada dentro de centros de saúde desenvolvem atividades físicas e artesanais, obtém melhora significativa da qualidade de vida, estimula a interação social, desenvolve capacidades físico-cognitivas e transforma positivamente suas percepções acerca da velhice.

Para a Política do Envelhecimento Ativo¹⁵, aumentar a qualidade de vida dos indivíduos que envelhecem é primordial, incluindo aqueles que possuem incapacidades e requerem auxílio para realização de suas atividades cotidianas. Tal enfoque está proposto na Política Nacional do Idoso (PNI), que dispõe sobre: promover o envelhecimento saudável (envelhecimento ativo); manter e melhorar, ao máximo, a capacidade funcional dos idosos; prevenir as doenças; recuperar a saúde dos que adoecem; e reabilitar aqueles que venham a ter a sua capacidade funcional restringida, de modo a garantir-lhe a permanência no meio em que vivem, exercendo de forma independente suas funções na sociedade¹⁶.

É observado um crescimento da busca por qualidade de vida pelos idosos. Isto se deve aos excelentes resultados à saúde obtidos por eles ao ingressarem em projetos motivadores que levam a revitalização. Estimulados a valorizar seu corpo e bem estar psíquico passam a ter maiores perspectivas futuras para uma vida de autonomia e participação social.

Sabe-se que aproximadamente 75% dos idosos encontram-se vivendo de forma independente, sem precisar de auxílio para suas atividades cotidianas. Para essa população é fundamental manter as atividades de promoção e de prevenção, a fim de que continue vivendo de forma independente e autônoma, mantendo sua cidadania^{1;17}.

Isso mostra que os idosos necessitam das práticas empregadas pela Política Nacional do Idoso. Esta, quando implantada, surte efeitos benéficos para esta população, que por sua vez, necessita de uma atenção qualificada. Com isso, a prática da enfermagem especializada e com conhecimento técnico científico desenvolve efeitos significativos na saúde desse público alvo.

Evidenciando na literatura um elevado número de estudos que retratam a ineficiência das Políticas Públicas direcionadas ao idoso, observou-se o limitado quantitativo de trabalhos que mostram a eficácia dessas Políticas quando arraigadas, que traz a necessidade de pesquisas futuras que apresentem o seu caráter positivo.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, a percepção negativa sobre o idoso reflete-se nas oportunidades que lhe são oferecidas. O investimento no idoso é subestimado, pois não se acredita no retorno; o seu bem – estar é secundarizado por uma política que privilegia os mais jovens, sem se levar em conta o princípio democrático de igualdade social. As oportunidades no mercado de trabalho são reduzidas e os investimentos para sua reciclagem e atualização escassos ou inexistentes.

Para a implementação de políticas de saúde encontra-se barreiras econômicas e físicas para que se torne difícil toda evolução para chegar ao sucesso. Porém, em outra esfera, conquistando espaços para esta efetivação, as políticas são empregadas e se tornam de suma importância para a população envolvida. Logo, as políticas são empregadas de forma limitada, devido à ineficiência de órgãos gestores e administrativos, além do despreparo dos profissionais e dos setores assistenciais para atender as necessidades da população idosa.

É visto que para se tornar eficaz a implementação das políticas públicas voltadas à esta clientela necessita-se de um trabalho laboral mútuo e interdisciplinar, ou seja, além da enfermagem outras categorias profissionais devem se manter atualizadas nesse processo e buscar desta forma um melhor desenvolvimento das práticas de cuidados à saúde no processo de envelhecimento. Para isto, se torna essencial o cuidado e juntamente a informação científica de tal método para obter resultados.

O compromisso dos profissionais de saúde, e principalmente da enfermagem, deve ser o de assegurar que a prioridade das políticas públicas seja a garantia de uma proteção social adequada para a população idosa em todo o território nacional, o que pode contribuir para um envelhecimento digno.

Portanto, a enfermagem é responsável em realizar a assistência à saúde destes indivíduos no seu processo de envelhecimento em acordo com as diretrizes que norteiam as políticas; contudo, há necessidade de realizar pesquisas que evidenciem os resultados de seu trabalho, sobre como este vem contribuindo para a saúde do idoso e as estratégias de atenção implementadas.

As limitações deste estudo se pautam nas bases de dados consultadas, LILACS, BDeInf e SciELO, e na exclusão de artigos de língua estrangeira, o que não permitiu uma análise aprofundada sobre a abordagem do tema em âmbito internacional.

REFERÊNCIAS

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico: sinopse dos resultados do Censo 2010 [Internet]. Rio de Janeiro; 2010 [citado 2011 fev. 25]. Disponível em: [http:// www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/)
2. Veras R. Fórum: Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos. Introdução. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23 (10): 2463-2466, out, 2007.
3. BRASIL. Política Nacional do Idoso. LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994.
4. BRASIL. Portaria do Gabinete do Ministro de Estado da Saúde de nº 1395, de 9 de dezembro de 1999, que aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, nº 237-E, pp. 20-24, seção 1, 13 dez 1999.
5. RODRIGUES R.A.P, Kusumota L, Marques S, et al. Política Nacional de Atenção ao Idoso e Contribuição de Enfermagem. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2007 Jul-Set; 16(3): 536-45.
6. PARAHYBA M.I, Simões CCS. A prevalência de incapacidade funcional em idosos no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 967-974, out.-dez. 2006.
7. Caldas CP. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. Cad. Saúde Pública vol.19 no.3 Rio de Janeiro Jun 2003.
8. VERAS, R.A novidade da agenda social contemporânea: a inclusão do cidadão demais idade. *Revista A Terceira Idade*. São Paulo, v. 14, n. 28, p. 6-29, set. 2003.
9. DEBERT, G.G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 12, n. 4, p. 39-56, jun. 1997.
10. GORDILHO A, Sérgio J, Silvestre J. Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor saúde na atenção integral ao idoso. Rio de Janeiro: UERJ; 2000. p.11.
11. SANTOS S.S.C. O ensino da Enfermagem gerontogeriatrica no Brasil de 1991 a 2000 a luz da complexidade de Edigar Morin. [tese]. Universidade Federal de Santa Catarina (SC); 2003.
12. VEIGA,K.C.G, Menezes T. M. O. Produção do conhecimento em enfermagem: a (in) visibilidade da atenção à saúde do idoso. Rev Esc Enferm USP 2008; 42(4):761-8.

13. FREITAS,C.A.S, Silva MJ, Vieira NFC, et al. Evidências de ações de enfermagem em promoção da saúde para um envelhecimento ativo: revisão integrativa. Estud. interdiscipl. envelhec., Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 265-277, 2010.
14. LIMA, T.J.V, Arcieri RM, Garbin CAS, Moimaz SAS. Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.4, p.866-877, 2010. Humanização na Atenção à Saúde do Idoso.
15. OMS - Organização Mundial da Saúde. Envelhecimento Ativo: uma Política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.
16. LUNARDI, V.L. et al. Impacto dos resultados das pesquisas em enfermagem na prática profissional. Cogitare Enfermagem, Curitiba, v. 14, n. 1, Jan/Mar, 2009.
17. FERNANDES M.T, Soares SM. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. Rev Esc Enferm USP 2012; 46(6):1494-1502.